



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/09/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 20

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 12/09/2016

ATA Nº 20

----- Aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 29 de agosto de 2016 foi aprovada por unanimidade. Não votaram os Senhores Vice-Presidente Jorge Alves Custódio e Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por não terem estado presentes na referida reunião. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Minuto de Silêncio em memória do Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, José Ramos Mendes

----- A Câmara Municipal guardou um minuto de silêncio em memória do Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, José Ramos Mendes, pelo seu falecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

VOTO DE PESAR

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Alberto Pacheco Brito Dias, foi presente um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Ramos Mendes, ilustre pampilhosense, com o seguinte teor: -----

----- “Pampilhosa da Serra está em luto profundo com a perda de um grande homem, um grande humanista, um grande pampilhosense. Ontem, dia 11 de setembro, partiu o Prof. José Ramos Mendes, Presidente da nossa Assembleia Municipal. -----

----- Nascido em Sobral Valado, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, ocupou ao longo da sua vida vários cargos em diferentes instituições e organismos locais e regionais. Foi figura marcante na sociedade pampilhosense, que lhe dedicava a maior estima, respeito e consideração. -----

----- Em 10 de abril de 2008, Feriado Municipal, foi agraciado em cerimónia pública com a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, que pretendeu reconhecer o seu percurso de vida, a dedicação que empregava às causas que defendia e aos serviços que prestava à comunidade, bem como o amor à sua terra, os laços que cultivava com as instituições concelhias e o espírito altruísta que sempre o acompanhou. -----

----- Ocupava as funções de Presidente da Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra desde 31 de outubro de 2009, onde defendeu os interesses do seu concelho, representando-o com irrepreensível lisura e elevada dignidade. Será sempre um exemplo da dedicação à causa pública, da tolerância e do respeito pela dignidade humana. -----

----- Com este VOTO DE PESAR, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra reconhece e presta a devida e justa homenagem àquele que foi e será um exemplo de vida, apresentando à família as mais sentidas condolências. -----

----- O Prof. José Ramos Mendes estará sempre connosco. Jamais será esquecido! “-----

LUTO MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o restante Executivo que, por Despacho seu exarado no dia 11 de setembro do corrente ano, decretou três dias de Luto Municipal, em memória do Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Ramos Mendes. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a sua decisão. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 08 de setembro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.700.363,93 € (um milhão setecentos mil trezentos e sessenta e três euros e noventa e três cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 246.804,82 € (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), num total de 1.958.314,11 € (um milhão novecentos e cinquenta e oito mil trezentos e catorze euros e onze cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Participação Variável no IRS

----- Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, e do disposto no artigo 26º daquela Lei, que refere: -----

----- "1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º. -----

----- 2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- 3 - A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. -----

----- 4 - Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- 5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município. -----

----- 6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos. -----

----- 7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto." -----

----- O percentual de participação do IRS de 2016, a liquidar em 2017, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município é de 5%. Assim sendo, **proponho a fixação da percentagem de 5% respeitante à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra**, a qual carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º e alínea c), do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Dispõe a Lei das Comunicações Eletrónicas (aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/02, na sua atual redação, no seu artigo 106º que: -----

" [...]" -----

2 - Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios: -----

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e **não pode ultrapassar os 0,25 %.**-----

3 – Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo incluem nas faturas dos clientes finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, e de forma expressa, o valor da taxa a pagar.-----
[...]"-----

----- Assim, considerando que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11) refere na al. n) do seu art.º 14º, atenta à sua ultima redação, que constituem receitas dos municípios (entre outras) "*Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios*"; nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação do percentual relativo à **taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, a aplicar em 2017.**-----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

2.1.4 – Fixação das Taxas de IMI para 2017

----- Considerando que a Câmara Municipal tem vindo a dotar o concelho de infraestruturas necessárias e proporcionar aos munícipes um desenvolvimento harmonioso e de bem-estar social;-----

----- Considerando que os recursos financeiros são limitados, a autarquia no âmbito das suas competências, deverá usar os meios disponíveis no quadro legal vigente, para suprir tais dificuldades;-----

----- Considerando a situação de dificuldades económicas com que vivem as famílias e os encargos resultantes das suas obrigações fiscais;-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Atento o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, na sua atual redação refere: -----

----- *“Constituem receitas dos municípios:* -----

a) *O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 23º [que menciona que constituem receitas das freguesias: a) o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. (...)]* -----

(...)" -----

----- Considerando o disposto no nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação que refere: -----

“1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: -----

a) *Prédios rústicos: 0,8 %;* -----

b) *(Revogada) - art.º 204º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12;* -----

c) *Prédios urbanos: de 0,3% a 0,45 % (Redação da Lei nº 7-A/2016, de 31/03)."* -----

----- E o disposto no nº 5 do mesmo art.º 112º do CIMI onde se lê: *“5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº 1, podendo esta ser fixada por freguesia."*

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre prédios urbanos, para aplicação no ano de 2017, em 0,3%: -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.5 - Proposta de Isenção Parcial relativamente à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nas zonas das Freguesias do Concelho, onde estão inseridos prédios urbanos com afetação industrial para 2016, a liquidar em 2017, como medida de combate à desertificação.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- De acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11), na sua atual redação, constituem receitas dos municípios (entre outros) o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), com a ressalva relativa a constituir receita das freguesias o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. -----

----- Dispondo os municípios de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, podem conceder isenções e benefícios fiscais, através de deliberação fundamentada da assembleia municipal mediante proposta da câmara municipal. -----

----- Referindo o nº 2 do art.º 16º daquele diploma que *"A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"*. -----

----- O nº 3 do mesmo artigo que *"Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal"*. -----

----- E o nº 9 daquele art.º 16º refere: *"Nos termos do princípio da legalidade tributária as isenções totais ou parciais previstas no presente artigo apenas podem ser concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e condições para a sua atribuição."* -----

----- Ora, de acordo com o elemento literal, para que os municípios concedam isenções, totais ou parciais, torna-se necessário que a lei defina os termos e condições para essa atribuição, estando pois essa concessão condicionada a tal pressuposto básico. -----

----- Assim, ao abrigo do disposto no número 6 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação: -----

"6- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto." -----

----- Pelo que, -----

----- Considerando que o concelho de Pampilhosa da Serra sofre um preocupante fenómeno de desertificação com um impacto significativo na economia local; -----

----- Considerando que é fundamental a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que permitam a fixação de população e que a indústria é um instrumento fundamental e potenciador da criação de postos de trabalho e, consequentemente, de fixação de pessoas; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Considerando que o Município tem vindo há algum desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas para o concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto nas alíneas c) e d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2 e 9º do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e do nº 6 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **sugiro que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, nas zonas das freguesias do concelho, onde estão inseridos os artigos urbanos, com afetação industrial, identificados no anexo à presente proposta o qual contém também a estimativa da respetiva despesa fiscal, seja minorada em 30% a taxa do imposto municipal sobre imóveis que vier a ser fixada para 2016, a liquidar em 2017, relativa aos mesmos prédios urbanos, cumprido que seja o prazo estabelecido no nº 3 do art.º 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, como medida de combate à desertificação, no concelho de Pampilhosa da Serra.**-----

----- Mais proponho que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

3.1.1 - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Pampilhosa da Serra e Grupo Desportivo Pampilhosense

----- Tendo por base a deliberação tomada em reunião de Câmara realizada no dia 29 de agosto de 2016 e na sequência da mesma, foi presente o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Grupo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Desportivo Pampilhosense, cujo teor foi dado a conhecer pelo Sr. Presidente da Câmara ao restante Executivo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - Proposta

Fração B do II Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra - Arrendatária: Electric PP - Eletricidade e Telecomunicações, Ld^a

----- Foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, relativa ao assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve: -----

----- Face ao teor da informação dos Serviços Jurídicos relativamente à Fração B, do II Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra e verificando-se que a situação das obrigações estipuladas contratualmente com a Arrendatária supra mencionada, enumeradas na referida Informação, se mantém inalterada, proponho que se proceda à resolução do contrato de arrendamento supra mencionado, cuja cópia ora se junta, nos termos do 1.4 da Cláusula Quarta, com base no sucessivo incumprimento da Cláusula Sexta (Pagamento de Renda), do disposto nos n.ºs 2, 3 e 8 da Cláusula Nona (Obrigações do Arrendatário). -----

----- Proponho ainda que seja concedido um prazo para pagamento do montante das rendas em falta, pelo valor de 2.164,06 € (dois mil cento e sessenta e quatro euros e seis cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder um prazo de 30 dias ao arrendatário do imóvel para proceder à liquidação da importância supra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Denúncia do Contrato da Cessão Contratual da Cessionária Tiago Miguel Alves, Unipessoal, Ld^a, referente aos espaços comerciais de Café/Bar e Restaurante "A Piscina"

----- Foi presente um requerimento subscrito pelo Senhor Tiago Miguel Baptista Alves, sócio e gerente da cessionária Tiago Miguel Alves, Unipessoal, Ld^a, com registo de entrada nº 10106, datado de 06/09/2016, nos Serviços desta Autarquia, dirigido ao Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a informar que pretende rescindir o contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina", iniciado em 1 de julho de 2014, invocando razões meramente pessoais para o efeito e em que agradece todo o apoio e incentivo e estima que lhes foi dado ao longo da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

atividade por si desenvolvida.-----

----- A Câmara Municipal, após análise e face à informação emanada do Gabinete Jurídico desta Autarquia relativamente ao assunto em apreço, deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

----- 1. Aceitar a denúncia do Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina"; -----

----- 2. Proceder à marcação de uma fiscalização e visita ao local a fim de realizar a verificação das existências previstas no anexo I do Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina"; -----

----- 3. Solicitar o pagamento em falta no valor de 450,72 €, devendo proceder ao mesmo no prazo de 30 dias. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE URBANISMO

4.1.1 - Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Pedido de Isenção de Taxas, para alteração e ampliação de Quartel de Bombeiros Voluntários sito em Unhais-o-Velho;

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- *"A Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com o contribuinte n.º 501 632 875, com sede na Av. dos Bombeiros Voluntários, 3320-200 Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município em 09 de agosto de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, por força da alínea c) do art.º 8.º do mesmo RGTM, um pedido de isenção de taxas, para apresentação nestes serviços de obras particulares dos seguintes processos: licenciamento de obras e autorização de utilização.-----*

----- *Ora de acordo com o que dispõem a alínea c) do n.º 1, do art.º 8.º do RGTM "As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos actos e factos que se destinem à realização dos seus fins estatutários.", podem beneficiar da isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo exposto, considera-se que a Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, pode beneficiar de isenção total ou parcial, desde que seja essa a vontade do Município. -----

----- Assim, propõem-se que seja deliberado quanto ao tipo de isenção a conceder.-----

----- Entende-se referir que as taxas abrangidas e o respetivo valor, são as que se descriminam no documento em anexo e que perfazem um total de 598,75 €." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




